

REQUERIMENTO

“A transparência na gestão dos dinheiros públicos deve ser sempre um dos primeiros objectivos da prática das autoridades.

Cabe aos Deputados eleitos pelos cidadãos a fiscalização dos actos do Governo.

O uso dos dinheiros públicos deve ser merecedor da maior e mais rigorosa fiscalização por parte dos eleitos.

As autoridades que gerem os dinheiros públicos nada perdem, pelo contrário, só têm a ganhar, com uma fiscalização activa, por parte dos representantes eleitos dos cidadãos.

Uma Auditoria, levada a cabo pelo Tribunal de Contas, veio confirmar que, em 1997, ano de eleições para as autarquias locais, o então Director Regional da Segurança Social e hoje Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na sua qualidade de Presidente do Conselho de Administração de Gestão Financeira da Segurança Social, celebrou acordos de cooperação com diversas instituições, que resultaram na atribuição de 2,5 milhões de contos e ainda outros 977 mil contos de subsídios eventuais às “mais díspares entidades e para múltiplos fins”.

Lembrou a Auditoria do Tribunal de Contas ao centro de gestão financeira da segurança Social que para além dos subsídios para “festas de Natal, convívios e inaugurações”, o então Director Regional da Segurança Social concentrou a atribuição de subsídios da Segurança Social no último trimestre de 1997, 48% do total atribuído, destinando 419 mil contos do total de 977 mil contos, para a Ilha Terceira. Convirá recordar que, no último trimestre de 1997, o então Director Regional da Segurança Social



andava em campanha eleitoral na sua qualidade de candidato à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

No corrente ano de 2001, vamos ter novamente eleições autárquicas, para as quais foram já anunciadas as candidaturas de dois Directores Regionais para Presidentes de Câmara.

Assim, no intuito de contribuir para a maior transparência possível na gestão dos dinheiros públicos e para que não se volte a repetir a suspeito e o uso indiscriminado dos bens públicos em proveito político próprio, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo das normas estatutárias e regimentais aplicáveis, vêm requerer cópia da seguinte informação:

- Mapas de acordos celebrados e subsídios atribuídos pelo Governo Regional, nas áreas da Juventude, Emprego e Formação profissional, desde 1 de Janeiro do corrente ano.
- Mapas dos acordos celebrados e subsídios atribuídos pelo Governo Regional na área da Habitação, discriminando-se a data e o respectivo valor desde 1 de Janeiro do corrente ano.
- Envio mensal, a partir da presente data, dos mapas com acordos celebrados e os subsídios concedidos nas áreas da “Habitação” e “Juventude, Emprego e Formação Profissional” até ao final do corrente ano.

Ponta Delgada, 12 de Junho de 2001.

Os Deputados, *José Manuel Bolieiro, Humberto Melo, Manuel da Silva Azevedo e Luís Henrique Sequeira de Medeiros.*”